

‘EDUCAÇÃO INDÍGENA: UM ESTUDO DE CASO DOS POVOS TUKANOS DA REGIÃO NORTE

Nataly Teixeira Beltrão ¹

Adrielle Almeida da Rocha ²

Sandy Raisse Amazonas Pereira ³

Orientador (a): Prof. (a) Dr. Rosana Ramos ⁴

RESUMO

Esta pesquisa trata da Educação Indígena no Amazonas, especificamente a educação da etnia Tukanos. Teve como objetivo aprofundar o conhecimento sobre a legislação referente à educação indígena, dados culturais, sociais e educacionais, que envolve a etnia. Para isso, realizou-se os levantamentos bibliográficos, enfatizando os marcos legais e buscando dados do Censo Escolar, além das observações em outros artigos já publicados, de forma a analisar qualitativamente, as questões sobre os respectivos povos indígenas e seus costumes, sua cultura, densidade demográfica, suas dificuldades no espaço escolar, os direitos a eles atribuídos conforme a Constituição Federal de 1988, e a qualidade do processo de ensino de forma geral, oferecida dentro do território que habitam, relacionando-os com a construção do processo histórico sócio cultural construído pelas conquistas a partir das lutas travadas. Como metodologia optasse pelo método qualitativo de abordagem descritiva, pois nos permite a descrever pessoas, situações, e acontecimentos, conforme as observações realizadas.

Palavras-chave: Educação Indígena, Povos Tukanos, Direitos.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa fundamenta-se a partir das múltiplas pesquisas de discentes sobre a perspectiva de explanar um olhar analítico sobre a identidade construída a partir do processo histórico sociocultural das tribos dos povos da etnia “*tukanos*”, com ênfase no âmbito escolar, a partir, das condições reais em que se encontram no estado do Amazonas e, respectivamente, nos municípios habitados pela etnia e em suas escolas públicas estaduais indígenas.

Reafirmar a compreensão da identidade cultural dentro dos espaços educacionais destinadas a esses povos é de fato algo tão complicado, quando seguir conforme o Estatuto do Índio, na Lei nº 6.001, de 19.12.1973, que garante em seu art. 1º a necessidade de

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, natalyteixeira084@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, sandyraisseam@gmail.com;

³ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, almeidaadrielle76@gmail.com;

⁴ Professor orientador: Doutora em Educação/UFSCar, Docente do Curso de Pedagogia do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia de Parintins - UFAM-AM, rosanasouza@ufam.edu.br.

“Preservar a cultura dos índios e integrá-los, progressiva e harmoniosamente a comunhão nacional”, o que relativamente ainda se apresenta na perspectiva pejorativa e problemática do reconhecimento do indígena como povos excluídos da sociedade, ou seja, integrá-los de forma respeitosa dentro de uma sociedade hierarquicamente integrada sem que se perca sua originalidade cultural é algo não condizente com a perspectiva igualitária conforme campos de pesquisas de teóricos que afirmam que os indígenas não precisam ser integrados, pois eles fazem parte da sociedade e representam a historicidade da população.

Tal estudo se faz necessário, pois cada etapa de cada conquista desses povos é enquadrada dentro de um contexto histórico condizente com a realidade de como eles são assistidos perante o “Estado”. Tanto em termos territoriais, quanto conforme seus direitos garantidos perante a Constituição Federal 1988- Art. 231, “que reconhece como direito dos povos indígenas, a permanência em seus territórios, com seus modos de vida próprios, com autonomia para a construção de projetos educacionais de acordo com seus princípios culturais, e epistemologias oriundas de seus ancestrais.” (BRASIL, 1988).

É de importância que tais práticas se enquadrem dentro das perspectivas das Leis de Diretrizes e Base Nacional Educacional (LDB), 9.394/96, além do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei de nº 13.005/2014, que em seu inciso diz, *III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação*; que pautam os direitos dos povos indígenas na perspectiva da educação diferenciada (línguas originárias, costumes ancestrais, saberes milenares,...) além do reconhecimento de seu pertencimento étnico e a valorização da identidade cultural pelos profissionais educadores de dentro desses espaços.

São questões de análise crítica, que partem desde as políticas públicas sancionadas a partir das questões norteadoras, implementadas desde o ano de 1824, a primeira política pública assegurada na primeira Constituição política do Império do Brasil, até a última política pública implementada por meio do *Decreto nº 11.509 de 28 de Abril de 2023 que em seu Art. 1º fica instituído o Conselho Nacional de Políticas Indígena- CNPI, no âmbito do Ministério dos Povos Indígenas, colegiado de caráter consecutivo, responsável pela elaboração e pelo acompanhamento da implementação de políticas públicas destinadas aos povos indígenas.*

Os tratados sobre a educação indígenas são de fato regulamentos que precisam de ressalvas de releituras e reestruturação significativa dentro dos estatutos, das constituições, das leis sancionadas entre outros encargos que os amparam e os enquadrem como parte interna da sociedade.

Para essa reflexão, e através de uma pesquisa de método qualitativo, teve-se como objetivo geral aprofundar o conhecimento sobre a legislação referente à educação indígena, dados culturais, sociais e educacionais que envolvem a etnia. Na coleta de dados foram realizados levantamentos bibliográficos sobre os marcos legais, análise de dados do Censo Escolar, temas referentes aos povos indígenas Tukanos, seus costumes, sua cultura, densidade demográfica, suas dificuldades no espaço escolar, os direitos garantidos e não efetivados.

METODOLOGIA

O percurso metodológico delineado durante o processo de pesquisa ancora-se na abordagem Qualitativa, Bodgan e Biklen (1982) “os dados coletados apresentam predominância descritiva. O material adquirido com a pesquisa é rico em descrição de pessoas, situações, acontecimentos; incluindo transcrições de entrevistas, de depoimento, fotografias, desenhos e extratos de diversos documentos.”

Foram realizados levantamentos bibliográficos, leitura de artigos, dissertações, teses entre algumas outras referências e fundamentações como: Ana Valeria Araújo (2006); Luís Donisete Benzi Grupioni (2001); Resolução N° 5, 22 de junho de 2012; Marcos legais da Educação Indígena; Constituição Federal de 1988. Para aprofundamento da coleta de dados também foram consultados *sites* oficiais, tais como: Censo Escolar, Instituto Sociambiental, IBGE (*Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*), QEdu, Ministério da Educação e Conselho Nacional da Educação.

Para a realização dos objetivos, foi preciso fazer a busca pelo número de escolas indígenas disponíveis nos municípios de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro, e a partir delas selecionar as três (3) escolas indígenas com o maior número de matrículas e as três (3) escolas indígenas com menos número de matrículas, assim selecionou-se três escolas da rede estaduais com o maior número de matrículas e com a infraestrutura considerada adequada, e três escola da rede municipal com o menor número de pessoas matriculadas e com uma infraestrutura fora do padrão considerado adequada para o desenvolvimento/processo educacional.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os Povos Tukanos e suas Origens

Os povos Tucanos são originários, da região da fronteira entre Colômbia e Equador são um dos povos de maiores etnias a nível brasileiro. Levantam proposta de pesquisas relevantes conforme seus costumes e suas procedências de historicidades. No passado tinham seu tipo de moradia como uma das maiores curiosidades entre estudiosos e pesquisadores, pois moravam em casas comunais (malocas) de estilo relativamente uniforme: uma grande construção retangular com teto maciço (barro), de forma triangular e portas em cada ponta. Um estilo de malocas que abriga tribos de grandes números, não pertencentes de uma mesma família, mas que tem uma estrutura que desafia a própria física.

São povos considerados um dos mais comuns na classificação social indígena. E também um com os costumes mais tradicionais em relação a manter a próxima geração a mais originária dentro de seus costumes, assim se explica os costumes patrilineares e exógamicos.

Isto é, os indivíduos pertencentes ao grupo de um mesmo pai falam a mesma língua, mas devem se casar com membros de outros grupos idealmente falantes de outras línguas. Curiosidade que leva a descoberta de o porquê a diversidade linguística entre as sub etnias que se apresenta dentro das múltiplas tribos originárias. Ela a etnia Tukanos, engloba pelo menos 16 línguas, entre a qual o vocábulo Tukano propriamente dito, é o que mais possui número de falantes.

No amazonas, conforme o IBGE (*Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*), os *Tukanos* compartilham uma área geográfica continua, onde é considerada uma quantidade de 20 mil pessoas que falam a língua Tukanos, localizada na extensão da bacia de Uaupés, no Rio Negro, divididas entre são Gabriel da Cachoeira e Comunidade de Santa Isabel do Rio Negro. Se dividem da seguinte forma: 1) *Arapaso*; 2) *Bará*; 3) *Barasana*; 4) *Desanas*; 5) *Karapanã*; 6) *Kubeo*; 7) *Makuna*; 8) *Mirititapuya ou Buia-tapuya*; 9) *Pira-tapuya*; 10) *Siriano*; 11) *Taiwano, Eduria ou Erulia*; 12) *Tariana*; 13) *Povo: Tatuyo*; 14) *Tukano*; 15) *Tuyuka*; 16) *Kotiria*; 17) *Yuruti*, conforme o Instituto Socioambiental.

Não compartilham somente da área geográfica, mas também de um mesmo modo de vida básico, que inclui a caça e coleta, mas que é predominante a arte da pesca e da agricultura de coivara (mandioca brava). Com seu estilo de ornamentação corpórea única, em seus ritos, eles usam de um mesmo instrumento musical, com bases de músicas,

danças e cantos considerados entre eles comuns, mas as palavras e melodias podem ser bem diferentes entre as etnias.

Seus artefatos de produção variam conforme seus fatores ecológicos de região, cada grupo fabrica o artefato a qual está ligado tradicionalmente com especificidades de tamanhos e estilos únicos, como: os Tukanos fabricam banquinhos, os Desanas cestos, os Tuyuka canoas, e assim por diante, entre outros. Assim conforme os rituais cerimoniais podem haver o tão esperado momento da troca ou o que eles chamam de Dabakuris. Essa produção especializada constitui um aspecto da identidade grupal para os povos indígenas brasileiros.

1.1 Os Povos Tukanos e a Educação

Sabe-se que o processo de contato dos povos Indígenas com os não indígenas vem desde o contexto histórico de colonização brasileira na primeira metade do século XVIII. Onde se começa assim o processo de educar (adestrar) os Indígenas conforme a religião impunha, educados por aqueles pelo qual conhece - se por *Franciscanos*, o que é na verdade uma desconstrução de uma civilização originária dentro de seus costumes e culturas, em prol de outras civilizações sem costumes e sem cultura. Foi desde essas desconstruções de civilizações indígenas, que tais reflexos educacionais, ainda são presentes naqueles que buscam a todo custo revalidar suas raízes mesmo que dentro de novas perspectivas de vida.

Conforme Silva (2020), o número de indígenas que se reinventou dentro de novas identidades culturais é bem considerável, alguns viraram católicos, outros evangélicos, outros bêbados, mulheres jovens ganham a vida fácil, e poucos tem uma educação bem sucedida a fim de voltar para seu povo, eles adentram nessas e em muitas outras classificações sociais, na tentativa de se ater na sociedade imposta a eles. Os poucos que ficam, em seus espaços de origem, acabam migrando para São Gabriel da Cachoeira a fim de arranjar empregos, e de manter suas vidas em conforme com a cultura ancestral mesmo que já muito rasa, e agarrar a oportunidade de uma educação de qualidade, mesmo ela não sendo de qualidade.

As malocas que antes eram suas casas, hoje têm uma serventia ainda mais ampla, são transformadas em igrejas, em refeitórios para refeições comunitárias ou nas próprias escolas de comunidades extremamente precárias, ainda não reconhecidas pelo Estado como, comunidade de povos indígenas ou escolas indígenas. Mesmo que a Constituição

de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, que garanta *o reconhecimento e os direitos dos povos indígenas, uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária.*

De acordo com o Censo Escolar da Educação Básica (2020), a maioria das matrículas registradas nas escolas indígenas estão voltadas para o ensino fundamental, totalizando 166.546, no ensino médio é onde ocorre a maior defasagem dessas matrículas, pois á somente 26.358 jovens matriculados em escolas indígenas, a respeito da educação infantil não se tem ao certo os dados, pois não se encaixa no quadro de obrigatoriedade para esses povos, isso a nível nacional.

Estudiosos e pesquisadores de universidades de licenciatura acusam tal descaso como culpa do próprio estado, que não segue à risca a legislação que ampara os povos indígenas. As escolas indígenas são pequenas, com pouca ou quase nada de organização, estão entre as piores escolas em termos de estruturação, e as series ofertadas não condizem com o processo de ensino e aprendizagem a nível de acesso para o ensino superior, além da descentralização social que esses povos sofrem, pois após o 5º ano do fundamental, eles precisam deslocar-se a km de distância sem transporte ou em transporte de péssimas condições, para chegar até as escolas urbanas, ondem sofrem racismo, preconceitos, violências, além da dificuldades financeiras.

Analisa-se então a estrutura de três (6) Escolas Indígenas do município de São Gabriel da Cachoeira, localizado no estado do Amazonas, a 852 km da capital Manaus, onde tem - se uma maior concentração dos povos da etnia Tukanos. As escolas escolhidas são três (3) escolas de rede Estadual, e três (3) escolas de rede Municipal, a fim de analisar e comparar a infraestrutura ofertada para o processo educacional de alfabetização para a população indígena.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o funcionamento das escolas indígenas, apresenta-lhes tais resoluções, afim de comparativos de seguimento das leis vigentes que amparam a educação indígena, para o funcionamento das escolas pesquisadas e analisadas qualitativamente.

4. Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012, “define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica”;

Resolução CNE/CEB nº 4/2010 Art. 20. O ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas e surdas, também, a utilização das respectivas línguas maternas e da língua brasileira de sinais.

Art. 44. A Educação Escolar Indígena ocorre em unidades educacionais inscritas em suas terras e culturas, as quais têm uma realidade singular, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada povo ou comunidade e formação específica de seu quadro docente observado os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira.

Parágrafo único. Na estruturação e no funcionamento das escolas indígenas, é reconhecida a sua condição de possuidores de normas e ordenamento jurídico próprios, com ensino intercultural e bilíngue, visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica.

Art. 45. Na organização de escola indígena, deve ser considerada a participação da comunidade, na definição do modelo de organização e gestão, bem como:

I – Suas estruturas sociais;

II – Suas práticas socioculturais e religiosas;

III – Suas formas de produção de conhecimento, processos próprios e métodos de ensino aprendizagem;

IV – Suas atividades econômicas;

V – Edificação de escolas que atendam aos interesses das comunidades indígenas; VI – uso de materiais didático-pedagógicos produzidos de acordo com o contexto sociocultural de cada povo indígena.

2.1 Análise de Dados Gerais das Escolas e Numero de Matrículas

Quadro 1: Escolas Estaduais Indígenas

Nome das Escolas Estaduais	Endereço	Número de matrículas 2021	Número de matrículas 2022	Outras Informações

ESCOLA ESTADUAL TENENTE ANTÔNIO JOÃO	Dependência Estadual Localização Rural: Distrito de Cucui, CEP: 69765-000, São Gabriel da Cachoeira - AM	Anos Iniciais: 68	Anos Iniciais: 48	Número de funcionários: 9 A escola possui organização por ciclos? Não
ESCOLA ESTADUAL SÃO MIGUEL	Dependência Estadual Localização Rural: Distrito de Iauarete, S/NRio Vaupes, São Miguel Arcanio, CEP: 69790-000, São Gabriel da Cachoeira - AM	Anos Iniciais: 257	Anos Iniciais: 260	Número de funcionários: 6 A escola possui organização por ciclos? Não
ESCOLA ESTADUAL SAGRADO CORAÇÃO	Dependência Estadual Localização Rural: Rio Vaupes, CEP: 697500-000, São Gabriel da Cachoeira - AM	Anos Iniciais: 54	Anos Iniciais: 48	Número de funcionários: 4 A escola possui organização por ciclos? Não

Fonte: Censo Escolar 2022, INEP. Escolas da Rede Estadual.

Quadro 2: Escolas Municipais Indígenas

Nome das Escolas Municipais	Endereço	Número de matrícula 2021	Número de matrículas 2022	Outras Informações
ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA HERIENI	Dependência Estadual Localização Rural: Comunidade Ucuqui Cachoeira, Rio Ayari CEP: 69750-000, São Gabriel da Cachoeira – AM.	Pré-escola: 10 Anos Iniciais: 22	Pré-escola: 9 Anos Iniciais: 21	Número de funcionários: 1 A escola possui organização por ciclos? Não
ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA MAADZERO	Dependência Estadual Localização Rural: Comunidade	Pré-escola: 11 Anos Iniciais: 37	Creche: 15 Pré-escola: 18 Anos Iniciais: 32	Número de funcionários: 1 A escola possui organização por ciclos? Não

	Tunui Cachoeira, Médio Rio Icana, CEP: 60750-000, São Gabriel da Cachoeira			
ESCOLA MUNICIPAL INDÍENA DZAAKAPIARO	Dependência Estadual Localização Rural: Comunidade Aracu Cachoeira, S/N Rio Icana, CEP: 60750-000, São Gabriel da Cachoeira	Pré-escola: 7 Anos Iniciais: 28	Pré-escola: 9 Anos iniciais: 23	Número de funcionários: 1 A escola possui organização por ciclo? Não

Fonte: Censo Escolar 2022, INEP. Escolas da Rede Municipal.

2.2 Infraestrutura das Escolas Estaduais e Municipais

Quadro 3: Infraestrutura das Escolas Indígenas Estaduais

NOME DAS ESCOLAS	INFRAESTRUTURA
ESCOLA ESTADUAL TENENTE ANTONIO JOÃO	Dependência com acessibilidade; Alimentação fornecida; Água filtrada; Sanitário interno; Biblioteca; Cozinha; Sala de leitura; Sala dos professores; Água poço artesiano; Energia elétrica; Esgoto; Lixo com coleta periódica; Lixo (outros); Internet; Parabólica; Retroprojeto; TV.
ESCOLA ESTADUAL SÃO MIGUEL	Alimentação fornecida; água filtrada; Sanitário interno; Biblioteca; Cozinha; Laboratório de Informática; Quadra de esporte; Sala dos professores; Água cacimba; Energia elétrica; Esgoto; Lixo com coleta; Lixo (queima); Internet; Aparelho DVD.
ESCOLA ESTADUAL SAGRADO CORACÃO	Alimentação Fornecida; água filtrada; Sanitário interno; Biblioteca; Cozinha; Laboratório de informática; Sala de leitura; Sala dos professores; Água fonte rio; Energia elétrica (gerador); Esgoto (fossa); Lixo (enterra); Retroprojeto/Projeto.
ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA HIERIENE	Alimentação fornecida; Água filtrada; Água fonte de rio; Sem energia; Esgoto inexistente; Lixo (queima); Lixo (enterra).

ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA MAADZERO	Alimentação fornecida; Água filtrada; Água fonte de rio; Sem energia elétrica; Esgoto inexistente; Lixo (queima); Lixo (enterra).
ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA DZAAKAPIARO	Alimentação fornecida; Água filtrada; Água fonte de rio; Sem energia elétrica; Esgoto inexistente; Lixo (queima); Lixo (enterra).

Fonte: Censo Escolar 2022, INEP. Escolas da Rede Estadual/Escolas da Rede Municipal

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se neste trabalho, aprofundar os conhecimentos referentes aos povos indígenas Tukanos, fazendo um percurso através da legislação, seus costumes, sua cultura, densidade demográfica, as dificuldades encontradas no espaço escolar e como esse recurso está sendo oferecido dentro do território que habitam.

No decorrer da história, muitos povos indígenas sofreram grandes transformações no seu modo de viver, onde muitos perderam suas próprias terras, suas línguas, cultura e foram obrigados a negar a própria identidade. Mas muitos conseguiram preservar seus principais traços culturais e hoje lutam “pelo reconhecimento de suas etnicidades e de suas territorialidades nos marcos do Estado Brasileiro” (LUCIANO, 2006).

Os povos indígenas lutam para defender a construção de uma educação escolar indígena, que possa garantir que os professores sejam indígenas e que os seus próprios processos de aprendizagem possam ser reconhecidos. Sabemos que a concretização dessa escola ainda vai demandar de um longo processo de lutas e organização por parte dos povos indígenas, juntamente com os diversos setores da sociedade civil, que contribuem nesta causa. Quando se pensa em uma pedagogia indígena, é necessário compreendê-las a partir da diversidade das culturas indígenas, pois entender as lutas dos povos indígenas representa um riquíssimo acervo para que fosse possível chegar à compreensão das suas formas de entender a educação e qual educação é necessário em suas comunidades. Porém, ainda existe um caminho muito longo para seguir, sendo necessário compreender de fato, que a escola indígena constrói conhecimentos sobre si mesmo e sobre o mundo.

Ainda não foi construído um sistema de educação que consiga atender às demandas, necessidades e expectativas dos povos indígenas, mesmo que na legislação brasileira esteja garantido a eles o direito a uma educação específico. “A intenção de diálogo que se caracteriza a intercultural supõe atitude de respeito pelos valores da outra” (AZIBEIRO, 2003). Porém, existe a violação do direito dos povos a uma educação

diferenciada e intercultural. Os tratados sobre a educação indígenas precisam de releituras e reestruturação significativa dentro das constituições, das leis sancionadas que os reconhecem e os enquadrem como parte da sociedade.

Ao analisar o Censo Escolar de seis (6) Escolas Indígenas do município de São Gabriel da Cachoeira, que possui uma maior concentração dos povos da etnia Tukanos. Sendo elas três (3) escolas de rede Estadual e três (3) escolas de rede Municipal, podemos perceber ao analisar e comparar a infraestrutura das escolas ofertadas para o processo educacional de alfabetização da população indígena, que muitas delas não possuem um local adequado, pois não é ofertado o básico, principalmente nas escolas municipais.

Portanto, ao percorrer entre os mais variados temas referentes à educação indígena, pode-se perceber que houve um grande processo, muitas lutas para que houvesse os seus direitos garantidos, mas que infelizmente, ainda existem muitos desafios que precisam ser ultrapassados para que haja realmente uma educação diferenciada. E apesar da legislação brasileira ser bastante vasta sobre o assunto, quando vai executar, existe uma grande distância do que está previsto em lei, pois não conseguem lidar com essas especificidades.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ana Valéria (Org.). **Povos Indígenas e a Lei dos Brancos: o direito à diferença**. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006. 212p. (Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes n. 3).

AZIBEIRO, Nadir Ribeiro. **Educação intercultural e complexidade: desafios emergentes a partir das relações em comunidades populares**. In: Educação intercultural: mediações necessárias. RJ: DP&A, 2003.

BARROS, João Luis da Costa. Análise dos dados. In: **O Brincar e suas Relações Interculturais na Escola Indígena**. 1. ed. Curitiba, editora: Appris, 2015.

BOGDAN, Robert; BILKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 2003.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL.

BRASIL. Resolução CN/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012 – Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, CEB, 2012.

CARDOSO, Marinésio. **Letramento Potiguara:** o gênero aula: entre o discurso do referencial indígena e a prática de sala de aula. *In:* SIMAS, Hellen Cristina Picanço; PEREIRA, Regina Celi Mendes. Letramento Indígena Potiguara. 22 ed. Manaus: Editora Valer / Fapeam, 2012.

Educação como exercício de diversidade. Coleção educação para todos, v. 6. *In:* OLIVEIRA, Teresinha Silva da. **Olhares que fazem a “diferença”:** o índio em livros didáticos e outros artefatos culturais. Brasília. Ed. UNESCO, MEC, ANPED, 2005.

GRUPIONI, Luiz Donisete Benzi. **As leis e a educação escolar indígena:** Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena / organização Luís Donisete Benzi Grupioni. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Marina Kawall Leal. **Antropologia, História e Educação:** A questão indígena e a escola. 2 ed. São Paulo; Global, 2001.

NÚMERO DE ESCOLAS INDÍGENAS POR MUNICÍPIO: Educação Indígena: Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/programa-saude-da-escola/323-secretarias112877938/orgaos-vinculados-82187207/18692-educacao-indigena>. Acesso em: 12 de jun. /2024.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/programas/povosindigenas-no-brasil>. Acessado em; 10 de março./ 2024

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE Indígenas); Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/> . Acesso em: 19 de maio. 2024

NÚMERO DE ESCOLAS INDÍGENAS POR MUNICÍPIO. Disponível em: <https://www.escol.as/> . Acesso em: 06 de fev./2024

TUKANOS – POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tukano> . Acesso em: 02 de maio/2024
Qedu – Pesquisar o Censo de Escolar (infraestrutura, matrícula) de determinada escola: Disponível em: <https://novo.qedu.org.br/>. Acesso em: 10 de jun./2024.